

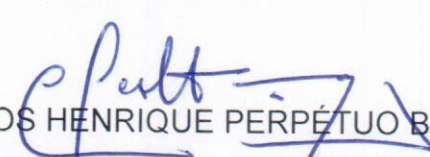


Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

Secretaria Especial da Presidência – Comissões Permanentes

ATA DA REUNIÃO

Aos 18 de outubro de 2016, às 11 horas, reuniram-se o Desembargador Carlos Henrique Perpétuo Braga, Superintendente Administrativo Adjunto do Tribunal de Justiça, o Secretário Especial da Presidência, Renato Cardoso Soares, os representantes do Sindicato dos Servidores da Justiça de 2ª Instância - SINJUS, Wagner de Jesus Ferreira e Alexandre Paulo Pires da Silva, os representantes do Sindicato dos Servidores da Justiça de Primeira Instância de Minas Gerais – SERJUSMIG, Sandra Margareth Silvestrini de Souza e Rui Viana da Silva, e os representantes do Sindicato dos Oficiais de Justiça Avaliadores do Estado de Minas Gerais – SINDOJUS/MG, Igor Leandro Teixeira e Rafael Giardini de Oliveira. Abertos os trabalhos, o Des. Carlos Henrique lembrou aos presentes que a reunião de hoje tem por objetivo ratificar às entidades sindicais que foi encaminhado o projeto de lei com o percentual de 3,5% para a revisão anual de vencimentos e proventos dos servidores, relativamente ao exercício de 2016. Confirmou, ainda, que, da parte do Tribunal de Justiça, será estabelecido, por ato do Presidente, um grupo permanente de interlocução e de negociação, com o objetivo de avaliar as reivindicações dos servidores, no que diz respeito às suas viabilidades legal e econômica, bem como efetivar o seu encaminhamento à Presidência do Tribunal de Justiça. O grupo se reuniria com periodicidade mínima bimestral, sendo assegurada aos sindicatos a indicação de até dois representantes por entidade. Renovou a proposta de encaminhamento, em janeiro de 2017, dos projetos de lei relativos ao auxílio-saúde e ao auxílio-transporte, conforme registrado em ata do dia 06/09/2016. Os representantes dos sindicatos ponderaram que o entendimento havido na reunião anterior foi no sentido de que, se confirmados os cálculos técnicos dos sindicatos, tendentes a um índice maior de data-base, como, por exemplo, 5%, a Administração se comprometeria a repor essa perda aos servidores. O Des. Carlos Henrique ponderou que essa questão, como as demais reivindicações, serão objeto de tratativas no âmbito do grupo a ser constituído. Os representantes dos sindicatos se declararam cientes das proposições do Tribunal e informaram que as conclusões desta reunião serão submetidas às suas respectivas assembléias gerais. Nada mais havendo, foi encerrada a reunião, da qual lavrou-se esta ata, que vai assinada por todos os presentes.


Desembargador CARLOS HENRIQUE PERPÉTUO BRAGA

Superintendente Administrativo Adjunto
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais


Renato Cardoso Soares

Secretário Especial da Presidência